



MUNICÍPIO DE INHAPI - AL

CONCURSO PÚBLICO

PROVA TIPO

2

Cargo (Nível Superior – NS):


Código: 19

19. PROCURADOR MUNICIPAL

Provas de Português, Raciocínio Lógico e Conhecimentos Específicos

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **50 (cinquenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **3 horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **2 horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um) Fiscal, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

MUNICÍPIO
DE INHAPI



PORTUGUÊS

QUESTÃO 01

Na grande claridade do dia, o sossego dos sons é de ouro também. Há suavidade no que acontece. Se me dissessem que havia guerra, eu diria que não havia guerra. Num dia assim, nada pode haver que pese sobre não haver senão suavidade.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 308.

O fragmento “nada pode haver que pese sobre não haver senão suavidade” significa que

- A) as coisas devem pesar sobre a possibilidade de haver suavidade.
- B) tudo deve concorrer para a possibilidade de haver suavidade.
- C) nada pode ser obstáculo para a consecução da guerra.
- D) a suavidade pesa sobre as coisas que a proporcionam.
- E) nada deve proporcionar a suavidade.

QUESTÃO 02



Disponível em: <<http://www.fotolog.com/publicadosbrasil/12600000000047047/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

O enunciado “socorro!”, de acordo com a análise sintática, é um(a)

- A) oração.
- B) frase verbal.
- C) frase nominal.
- D) período simples.
- E) período composto.

QUESTÃO 03

Entre as duas orações do período “Como o tempo todo e não engordo.”, encontra-se a conjunção “e”, que, no contexto, assume o valor de

- A) condição.
- B) finalidade.
- C) adversidade.
- D) comparação.
- E) consequência.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a ortografia oficial.

- A) privilégio, beneficiante, obseção, receoso.
- B) privilégio, beneficiante, obsessão, receoso.
- C) privilégio, beneficiante, obsessão, receioso.
- D) privilégio, beneficente, obsessão, receoso.
- E) privilégio, beneficente, obseção, receioso.

QUESTÃO 05

Chega-se mais Facilmente a Marte...

[...]

Neste meio século não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que moralmente estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade capaz de enviar instrumentos _____ um planeta para estudar _____ composição das suas rochas, assiste indiferente _____ morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte do que ao nosso próprio semelhante.

[...]

Trecho do discurso de José Saramago ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, 11 de dezembro de 1998. Disponível em: <<http://www.jomaldepoesia.jor.br/1saramago6.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

Considerando o emprego do acento grave, assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços.

- A) a, a, à.
- B) a, à, a.
- C) a, à, à.
- D) à, a, a.
- E) à, à, à.

QUESTÃO 06

Quanto ao emprego da vírgula, dadas as afirmativas,

- I. Iracema, a virgem dos lábios de mel, tinha os cabelos mais negros que as asas da graúna (José de Alencar).
- II. Rua Sete de Setembro, 1550 Porto Alegre.
- III. À tarde, todos saíram para o trabalho.
- IV. Cada ano de vida é mais, ou melhor menos.

verifica-se que está(ão) pontuada(s) corretamente

- A) II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 07

Bay Bay Brasil

Oi, coração
Não dá pra falar muito não
Espera passar o avião
Assim que o inverno passar
Eu acho que vou te buscar
Aqui tá fazendo calor
Deu pane no ventilador
Já tem fliperama em Macau
Tomei a costeira em Belém do Pará
Puseram uma usina no mar
Talvez fique ruim pra pescar
Meu amor
[...]

No Tabaris
o som é que nem os Bee Gees
Dancei com uma dona infeliz
que tem um tufão nos quadris
Tem um japonês atrás de mim
Eu vou dar um pulo em Manaus
Aqui tá quarenta e dois graus
O sol nunca mais vai se pôr
Eu tenho saudades da nossa canção
Saudades de roça e sertão
Bom mesmo é ter um caminhão
Meu amor

Baby bye, bye
Abraços na mãe e no pai
Eu acho que vou desligar
As fichas já vão terminar
Eu vou me mandar de trenó
pra Rua do Sol, Maceió
Peguei uma doença em Ilhéus
Mas já estou quase bom
Em março vou pro Ceará
Com a bênção do meu Orixá
Eu acho bauxita por lá
Meu amor
[...]

BUARQUE, Chico. Bay Bay Brasil.

Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/bye-bye-brasil.html#xzz3nJz7BBEO>>.
Acesso em: 15 set. 2015.

Considerando as caracterizações de gênero textual, depreende-se que o texto apresenta

- A) marcas que o caracterizam como pertencente ao gênero *piada*, tendo em vista o uso do humor em frases como “Tem um japonês atrás de mim”.
- B) recursos expressivos comuns ao universo da poesia, como hipérboles e metáforas, o que permite caracterizá-lo como pertencente ao gênero *bilhete*.
- C) um monólogo, tendo em vista a ausência da fala da pessoa a quem o interlocutor se dirige, o que permite classificá-lo como pertencente ao gênero *carta informal*.
- D) marcas de oralidade comuns à situação comunicativa do gênero *telefonema*, ainda que isso seja uma construção ficcional permitida pelo gênero *canção*.
- E) marcas de oralidade, como as que se observam nos três primeiros versos, o que permite classificá-lo como pertencente exclusivamente ao gênero *telefonema*.

QUESTÃO 08

CALVIN & HAROLDO



Bill Watterson



Disponível em: <<http://veredasdalngua.blogspot.com.br/2012/03/regencia-verbal-i.html>>.
Acesso em: 24 set. 2015.

Quanto à regência verbal, assinale a alternativa em que o verbo “assistir” foi empregado com o mesmo sentido que no trecho “Podemos assistir ao vídeo?”.

- A) Aquele político assiste na capital.
- B) Este direito não assiste ao funcionário.
- C) Nas lutas de boxe, assiste-se a um espetáculo brutal.
- D) Assiste aos alunos o direito de pedir revisão de notas.
- E) O enfermeiro assistiu o pai no hospital, que ficou debilitado por uma doença cardíaca.

QUESTÃO 09



Disponível em: <http://blogdoenem.com.br/cultura-ideologia-e-industria-cultural-sociologia-enem/>. Acesso em: 15 set. 2015.

A partir da leitura da tirinha de Mafalda, depreende-se como ideia central

- A) o fato de uma criança não ter maturidade suficiente para decidir o que é bom para si, não lhe restando mais opções do que ceder aos apelos midiáticos da propaganda.
- B) o fato de que um dos modos de conhecer os mecanismos de dominação midiática e ideológica é não fugir deles, o que é exemplificado nos dois últimos quadros da tirinha.
- C) o fato de que os apelos da mídia televisiva, embora não representem as necessidades reais das pessoas, têm o poder de mantê-las presas a uma cadeia de consumo irrefletido.
- D) o fato de que até as crianças podem posicionar-se criticamente diante dos apelos midiáticos e da propaganda, ainda que, exatamente por ser criança, não se conheça o suficiente.
- E) o fato de que os veículos midiáticos, embora muitas vezes criticados, podem ser benéficos para provocar em uma criança a especulação filosófica, o que se torna evidente no segundo quadro da tirinha.

QUESTÃO 10

Os homens que **voltaram** (vir) da guerra traziam feridas e pesadelos. **Encontraram** (ver) suas amadas indiferentes. **Passara** (haver) tanto tempo que algumas nem se lembravam deles, e muitas **tinham** (haver) estabelecido novos amores.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos Plausíveis*. São Paulo: José Olympio, 1985

Substituindo os verbos em destaque pelos verbos sugeridos entre parênteses e respeitando tempo, modo e pessoa, obtém-se

- A) vinha/veem/há/houveram.
- B) viram/viam/houvera/havieis.
- C) vinham/viam/havia/houveram.
- D) vieram/viram/houve/haveriam.
- E) vieram/viram/houvera/haviam.

QUESTÃO 11

[...]

Há um meio certo de começar uma crônica por uma trivialidade. É dizer: que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazendo-se algumas conjecturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela.

ASSIS, Machado de, *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1994, p. 13.

Assinale a alternativa que contém o argumento no qual o autor se baseia.

- A) A crônica deve começar por temáticas genéricas e triviais.
- B) A crônica também prescinde de temáticas genéricas e triviais.
- C) A crônica configura-se em questões formais e temas relevantes.
- D) As temáticas genéricas e triviais são também formas de começar uma crônica.
- E) A forma trivial de começar a crônica fundamenta-se no alheamento aos fenômenos atmosféricos.

QUESTÃO 12

A imagem faz parte de uma campanha sobre violência contra mulheres.



Disponível em: <http://osocio.org/message/verbal-abuse-can-be-just-as-horrific/>. Acesso em: 15 out. 2015.

Nos recursos expressivos de que a imagem se serviu, percebe-se a predominância da

- A) hipérbole, presente na expressão exagerada de dor no rosto da mulher.
- B) prosopopeia, presente na ideia de que um punho pode ter vida própria.
- C) metáfora, presente na ideia de que as palavras podem ferir tal como um soco.
- D) metonímia, presente no uso da parte (antebraço e punho) pelo todo (homem).
- E) antítese, presente no contraste entre a dor no rosto da mulher e a raiva no rosto do homem.

QUESTÃO 13

[...]

A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor dos bichos moribundos.

– Anda, excomungado.

O pirralho não _____, e Fabiano desejou _____. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca _____ como um fato necessário – e a obstinação da criança _____. Certamente esse obstáculo miúdo não era o culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde.

[...]

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: Editora Record, 1982.

Assinale a alternativa que preenche os espaços de forma correta.

- A) se mexeu, matá-lo, aparecia-lhe, irritava-o.
- B) se mexeu, matá-lo, aparecia-lhe, lhe irritava.
- C) se mexeu, lhe matar, lhe aparecia, lhe irritava.
- D) mexeu-se, matar ele, lhe aparecia, lhe irritava.
- E) mexeu-se, matá-lo, lhe aparecia, irritava-o.

QUESTÃO 14

Amo-te com ternura, com saudade, com indignação e com ódio. Confesso-te honestamente o que sou. Se te não agradam sentimentos tão excessivos, mata-me. **Mas não me mates logo: mata-me devagar, deitando veneno no que me escreveres.** Provavelmente sabes fazê-lo. Não devias ser como és.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 117.

No trecho sublinhado,

- A) há uma forma de significação conotativa.
- B) há uma forma de significação denotativa.
- C) o significado do verbo “deitar” é comum e literal.
- D) a palavra “veneno” conserva seu significado original, não literário.
- E) ocorre o uso inadequado da conjunção “mas” como elemento de coesão.

QUESTÃO 15

Qual é a função sintática do termo “se” em “Precisa-se de Empregadas Domésticas”?

- A) Conjunção condicional.
- B) Partícula apassivadora.
- C) Parte integrante do verbo.
- D) Partícula expletiva (de realce).
- E) Índice de indeterminação do sujeito.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 16

Ana é atleta ou Bruno é barbeiro. Bruno não é barbeiro ou Carla não é cantora. Daniela é dentista ou Carla é cantora. Nessas condições, é correto inferir que

- A) se Bruno é barbeiro, Daniele é dentista.
- B) se Daniela é dentista, Carla é cantora.
- C) se Carla não é cantora, Ana é atleta.
- D) se Bruno é barbeiro, Ana é atleta.
- E) se Ana é atleta, Bruno é barbeiro.

QUESTÃO 17

Quatro médicos e oito enfermeiros trabalham num Posto de Saúde. Quantas equipes diferentes com dois médicos e quatro enfermeiros podem ser montadas para os plantões?

- A) 76
- B) 280
- C) 420
- D) 1 692
- E) 20 160

QUESTÃO 18

Dadas as premissas,

- I. Todos os membros da família Rodrigues são comerciantes.
- II. Nem todos os membros da família Rodrigues são bons vendedores.

é correto inferir que

- A) alguns comerciantes sabem vender bem.
- B) nem todos os comerciantes são bons vendedores.
- C) a maioria dos Rodrigues não são bons vendedores.
- D) há comerciantes que não são da família Rodrigues.
- E) alguns membros da família Rodrigues sabem vender bem.

QUESTÃO 19

O próximo número da sequência 1, 2, 2, 3, 6, 7, 42 é

- A) 294.
- B) 49.
- C) 47.
- D) 43.
- E) 24.

QUESTÃO 20

Se o terreno não for adubado adequadamente, o plantio não será um sucesso. Se o plantio não for um sucesso, a fazenda terá prejuízo nas vendas. O produtor não poderá comprar um trator novo se a fazenda tiver prejuízo. Assim, é correto inferir que

- A) a fazenda terá prejuízo nas vendas.
- B) o terreno foi adubado adequadamente.
- C) se o plantio for um sucesso, a fazenda não terá prejuízo nas vendas.
- D) se o plantio não for um sucesso, o terreno não foi adubado adequadamente.
- E) se o produtor comprar um trator novo, é porque o terreno foi adubado adequadamente.

QUESTÃO 21

Considerando que os símbolos \forall , \exists , \sim , \rightarrow e \vee representam a quantificação universal, quantificação existencial, negação, implicação e disjunção, respectivamente, do conjunto de premissas $\{\forall x(\sim P(x) \vee Q(x) \vee R(x)), \forall x P(x)\}$, infere-se que

- A) $\exists x(R(x) \rightarrow Q(x))$.
- B) $\exists x(Q(x) \rightarrow R(x))$.
- C) $\exists x(\sim Q(x) \rightarrow R(x))$.
- D) $\exists x(\sim Q(x) \rightarrow \sim R(x))$.
- E) $\exists x(\sim R(x) \rightarrow \sim Q(x))$.

QUESTÃO 22

Sabendo-se que os símbolos \sim , \rightarrow e \vee representam negação, implicação e disjunção, respectivamente, do conjunto de premissas $\{\sim T, P \rightarrow Q, R \rightarrow Q, S \rightarrow Q, P \vee R \vee S \vee T\}$, infere-se

- A) P.
- B) Q.
- C) R.
- D) S.
- E) T.

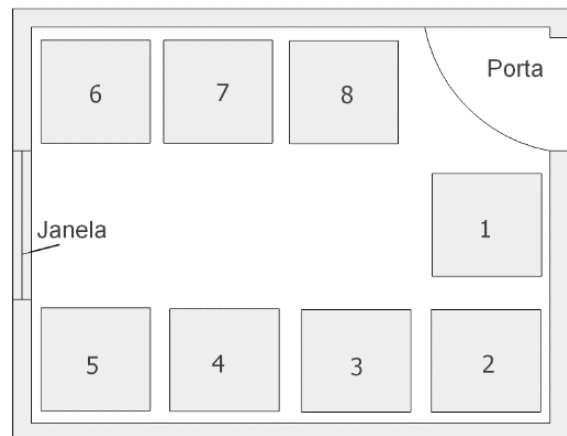
QUESTÃO 23

Em uma determinada cidade, metade da população já teve sarampo, dois quintos já tiveram catapora e um quarto já teve caxumba. Escolhendo aleatoriamente quatro indivíduos dessa população, qual é a probabilidade de um deles já ter contraído as três doenças?

- A) 0,05
- B) 0,20
- C) 0,25
- D) 0,40
- E) 0,50

QUESTÃO 24

Para evitar a monotonia no ambiente de trabalho, um grupo de funcionários decidiu que, de tempos em tempos, iriam alterar a disposição do mobiliário na sala em que trabalham. A sala é dividida em 8 espaços que são ocupados por: três armários distintos, três mesas pessoais, um vaso de plantas e um gelégu. Entretanto, todos concordaram que em pelo menos um dos lados da porta sempre deve existir uma mesa e que o bebedouro sempre deve estar próximo à janela. A figura mostra o *layout* da sala, com os 8 espaços numerados para a distribuição pretendida.

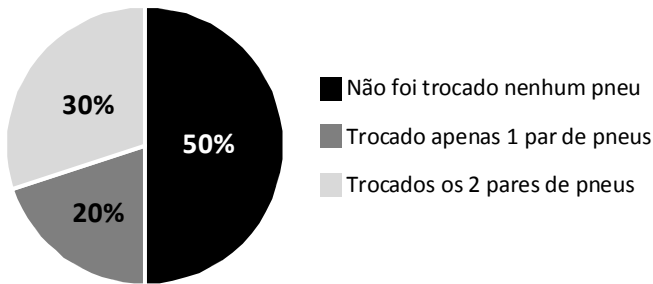


De quantas formas possíveis os funcionários podem alterar a disposição do mobiliário da sala?

- A) 720
- B) 1 440
- C) 2 880
- D) 4 320
- E) 8 640

QUESTÃO 25

O gráfico apresenta a forma como se deu a substituição de 32 pneus dos automóveis de uma empresa.



Quantos veículos tem essa empresa?

- A) 8
- B) 10
- C) 16
- D) 20
- E) 32

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Dadas as afirmativas quanto aos princípios do direito empresarial,

- I. O princípio da autonomia patrimonial indica que, independentemente do que dizem os atos constitutivos da sociedade, a empresa, em decorrência dos atos praticados pelos seus administradores, por eles respondem com o comprometimento ou vinculação do patrimônio dos sócios.
- II. A Constituição Federal reconhece, por meio do princípio implícito da função social da empresa, que são dignos de proteção jurídica apenas os interesses individuais ou os potencialmente afetados pelo modo com que empregam os bens de produção.
- III. A Liberdade de concorrência é um princípio constitucional da ordem econômica e está ligado ao princípio da liberdade de iniciativa.
- IV. O princípio da livre iniciativa, que é geral e explícito, é também antagônico aos demais princípios ditos sociais cuja finalidade é diminuir as desigualdades sociais e econômicas e melhorar a qualidade de vida.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) IV.
- D) II e III.
- E) I, II e IV.

QUESTÃO 27

No tocante aos bens públicos, é correto afirmar:

- A) os potenciais de energia hidráulica são bens da União.
- B) os bens públicos são inalienáveis, e não estão sujeitos a usucapião.
- C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos remanescentes de quilombos são bens da União.
- D) o uso comum dos bens públicos deve ser gratuito, sendo vedada a cobrança de valores em retribuição pelo uso comum do bem público.
- E) não dispendo a lei em contrário, consideram-se especiais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

QUESTÃO 28

O Código Tributário Nacional, no art. 3º, define o conceito de tributo como prestação pecuniária compulsória que não decorre de sanção por ato ilícito. Em seguida, no art. 5º, determina que são apenas três os tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Com base na legislação em vigor e na orientação atual do Supremo Tribunal Federal, o pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovia conservada pelo Poder Público é

- A) taxa cobrada pelo exercício do poder de polícia.
- B) imposto e não pode ter suas receitas vinculadas.
- C) preço público e não se enquadra no conceito de tributo.
- D) contribuição de melhoria e decorre de obra realizada pelo poder público.
- E) taxa cobrada pelo uso de serviço, porque se sujeita ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 29

Dadas as afirmativas quanto aos bens públicos,

- I. São atributos fundamentais dos bens públicos a inalienabilidade, a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a onerabilidade.
- II. A competência para autorizar a alienação poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, não sendo permitida a subdelegação.
- III. A venda de bens imóveis da União será feita mediante concorrência ou leilão, devendo ser observadas as condições previstas no regulamento e no edital de licitação, dentre outros requisitos.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 30

Sobre a interpretação das normas constitucionais, é correto afirmar:

- A) o método científico espiritual diz que as constituições devem ser interpretadas de modo inflexível, para dar mais segurança jurídica ao Estado, segundo Smend.
- B) o método normativo estruturante pressupõe que o intérprete constitucional pode separar o programa normativo, inserido nas constituições, da realidade social, segundo Müller.
- C) o método tópico problemático busca suprir as deficiências normativas a partir do próprio direito positivo, sem a necessidade do preenchimento de lacunas constitucionais.
- D) o método da comparação constitucional alia os métodos gramatical, lógico, histórico e sistemático propostos por Savigny, ao Direito comparado, formando um quinto método exegético, conforme ensina Härbele.
- E) o método hermenêutico-concretizador, defendido por Canotilho, propõe a descoberta mais razoável para a solução de um caso concreto, independentemente dos limites impostos pelo texto constitucional.

QUESTÃO 31

Dadas as afirmativas quanto ao trabalho do menor, nos termos da legislação trabalhista consolidada,

- I. Contra os menores de 18 anos corre, apenas, o prazo de prescrição total.
- II. Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral.
- III. Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado o que for executado no período compreendido entre as 21 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) I e III.

QUESTÃO 32

Segundo o art. 182 da Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Dadas as afirmativas acerca dessa regra e das demais contidas no diploma constitucional,

- I. O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, deve ser aprovado pela Assembleia Legislativa do estado onde se localiza o município, sendo obrigatório para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes.
- II. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
- III. Em caso de não aproveitamento do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, pode ser aplicada, em último caso, a sanção de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 33

De acordo com a Constituição Federal, dadas as afirmativas a respeito da competência privativa dos Municípios,

- I. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- II. Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo rural.
- III. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- IV. Organizar e prestar, exclusivamente sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse regional, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II.
- B) III.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 34

Julgamento de ação sobre lei que regulamenta vaquejada no CE é suspenso

Pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso suspendeu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4983, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra a Lei 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural.

Na ação, o procurador-geral alega, em síntese, que a vaquejada, inicialmente associada à produção agrícola, passou a ser explorada como esporte, e que laudos técnicos comprovariam danos aos animais.

Voto do relator

Ao votar pela procedência do pedido, o relator da ação, ministro Marco Aurélio, afirmou que o caso é de conflito de normas constitucionais sobre direitos fundamentais. De um lado, está o artigo 215 da Constituição Federal, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, de outro, a proteção ao meio ambiente, assegurada pelo artigo 225 da Carta.

No entanto, o ministro salientou que o dever geral de favorecer o meio ambiente é indisputável. “A crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado”, disse. [...] O relator afirmou ainda que laudos técnicos contidos no processo demonstram consequências nocivas à saúde dos animais: fraturas nas patas e rabo, ruptura de ligamentos e vasos sanguíneos, eventual arrancamento do rabo, e comprometimento da medula óssea. Também os cavalos, de acordo com os laudos, sofrem lesões.

Notícias STF. www.stf.jus.br. 12 ago. 2015 (Adaptado).

A respeito do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Constituição Federal de 1988 e das regras estabelecidas para proteção da fauna e da flora brasileiras, é correto afirmar:

- A) embora a Constituição de 1988 restrinja a prática de atividades que impliquem maus-tratos contra animais, a legislação penal em vigor tipifica como crime apenas o ato praticado contra animais silvestres nativos.
- B) o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impede qualquer forma de violência ou prática de ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animal silvestre, ressalvadas as práticas autorizadas na lei complementar em vigor.
- C) as regras voltadas à proteção do meio ambiente, na Constituição Federal de 1988, têm estatuto de direito fundamental, tipificando como ilícitas quaisquer atividades econômicas que impliquem a emissão de poluentes tóxicos e degradação do meio ambiente natural.
- D) a Constituição de 1988 traz regra expressa que veda práticas que submetam os animais a crueldade e, já serviu de fundamento para que o STF se pronunciasse sobre a inconstitucionalidade da prática de “briga de galo” e da manifestação conhecida como “farra do boi”.
- E) para assegurar o direito ao meio ambiente equilibrado, a Constituição de 1988 veda a exploração de recursos minerais que implique degradação do meio ambiente natural, devendo ser responsabilizada criminalmente pessoa física ou jurídica que desenvolva a atividade.

QUESTÃO 35

Em relação à remuneração e salário, é pensamento firme no Tribunal Superior do Trabalho – TST:

- A) a parcela paga aos bancários, sob a denominação “quebra de caixa”, não possui natureza salarial.
- B) na ação de equiparação salarial, opera-se a prescrição total bienal, mesmo na vigência da relação de emprego.
- C) para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, o tempo de serviço é contado desde o momento da contratação.
- D) o adicional noturno, pago com habitualidade, não integra o salário do empregado, sendo parcela autônoma componente da remuneração.
- E) a equiparação salarial somente é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

QUESTÃO 36

Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- A) a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.
- B) a ausência de fundamentação na sentença resulta na sua inexistência.
- C) a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- D) em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.
- E) é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

QUESTÃO 37

Dadas as afirmativas a respeito do mandato no Direito Processual do Trabalho,

- I. É admissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do Código de Processo Civil – CPC, cuja aplicação não se restringe ao Juízo de 1º grau.
- II. A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.
- III. É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome do outorgante e do signatário da procuração, pois esses dados constituem elementos que os individualizam.
- IV. São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, caso não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 38

A discriminação de rendas tributárias tem estreita relação com o princípio federativo. Sem receitas próprias e suficientes, os Municípios não têm assegurada sua autonomia. Por isso, a Constituição de 1988 conferiu aos Municípios competência para instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria. Dadas as afirmativas a respeito das exações de competência municipal,

- I. Os Municípios não podem instituir taxas para o custeio da iluminação pública, mas podem cobrar contribuição de melhoria para a mesma finalidade.
- II. O imposto sobre serviços de qualquer natureza é de competência municipal e pode ser exigido inclusive no caso dos serviços cartorários, já que esses não gozam de imunidade.
- III. O imposto sobre serviços de qualquer natureza não incide nos contratos de locação de bens móveis, como é o caso da locação de filmes cinematográficos, videotapes, cartuchos para vídeo games e assemelhados.
- IV. A progressividade do IPTU é admitida apenas após a Emenda Constitucional nº 29, seja para o cumprimento da função social da propriedade, seja em função do valor e da localização do imóvel.
- V. O fato gerador do ITBI é a transmissão de bem imóvel e, portanto, somente se opera mediante registro do negócio jurídico no ofício competente.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e IV.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) I, III, IV e V.

QUESTÃO 39

“No poder de tributar se contém o poder de eximir, como o verso e o averso de uma medalha”.

BORGES, José Souto Maior. *Teoria Geral da Isenção Tributária*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 30.

Acerca do regime jurídico dos benefícios e das renúncias fiscais no direito brasileiro, é correto afirmar:

- A) as isenções em matéria de ICMS não são consideradas benefícios fiscais para fins do disposto da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando sua concessão sujeita à anuência dos demais entes federados.
- B) as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para concessão de renúncia de receita tributária não se aplica aos casos de redução de alíquota, tendo em vista a natureza essencialmente extrafiscal dessa providência.
- C) a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a concessão de renúncia de receita tributária esteja sempre acompanhada de medidas de compensação do seu impacto orçamentário, pelo prazo de quatro anos, em respeito ao princípio do equilíbrio.
- D) a concessão de benefícios fiscais exige lei específica do ente competente, sob pena de invalidade, e deverá ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- E) a Lei de Responsabilidade Fiscal instalou um novo patamar de moralidade administrativa no Brasil, positivando o princípio da gestão fiscal responsável que tem entre seus corolários, a vedação às renúncias fiscais por parte dos Municípios.

QUESTÃO 40

Nos países de Constituição rígida e de controle judiciário das leis e atos administrativos, os princípios que a Ciência das Finanças apurou em sua compósita formação política, moral, econômica ou técnica são integrados em regras estáveis e eficazes. Funcionam como *limitações constitucionais ao poder de tributar*.

BALEIRO, Aliomar. *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:

- A) a proibição do efeito de confisco tem como cerne a proteção ao direito de propriedade e a ideia de proporcionalidade, o que afasta a possibilidade de impostos com alíquotas com percentuais acima de 50%.
- B) o Supremo Tribunal Federal decidiu que muitas das limitações constitucionais ao poder de tributar são direitos fundamentais do contribuinte, protegidos como cláusulas pétreas, como é o caso do princípio da anterioridade.
- C) a imunidade dos templos, de qualquer culto, tem por fundamento a liberdade religiosa e não afasta a incidência de IPTU, se o imóvel da entidade estiver sendo utilizado para qualquer outra atividade diversa da pregação religiosa.
- D) a legalidade é princípio estruturante do Direito Tributário, mas não está posta, na Constituição Federal, de forma absoluta, porque admite exceções, como os impostos aduaneiros e o IOF, que podem ter suas alíquotas e base de cálculo definidas por decreto.
- E) a imunidade do livro, que tem por fundamento a liberdade de informação, afasta a incidência de qualquer tributo sobre a atividade editorial e alcança o papel, a tinta e os equipamentos destinados à impressão e à elaboração de livro, inclusive o livro eletrônico.

QUESTÃO 41

Dadas as afirmativas acerca da execução no Direito Processual do Trabalho,

- I. Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- II. Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.
- III. É ilegítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- IV. É lícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 42

O conceito de gestão fiscal responsável, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, pressupõe a ação planejada e transparente por parte do Gestor Público e o atendimento dos limites e das condições estabelecidas no tocante à dívida pública. A propósito das regras que estruturam a noção de gestão fiscal responsável e controlam o endividamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- A) a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de créditos por antecipação de receita, haja vista que essas operações afetam as metas de resultado fiscal.
- B) entre as vedações relativas ao endividamento público, está a proibição de que Estados ou Municípios adquiriram títulos da dívida pública da União como forma de aplicação de suas disponibilidades.
- C) define-se, na Lei de Responsabilidade Fiscal, operação de crédito como dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- D) a Lei de Responsabilidade Fiscal veda a realização de operações de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- E) a Lei de Responsabilidade Fiscal define como dívida pública mobiliária o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de contratos ou convênios para amortização em prazo de até doze meses.

QUESTÃO 43

Dadas as afirmativas sobre execução, alimentos, ação monitória e chamamento ao processo,

- I. A correção monetária é matéria de ordem pública, integrando o pedido de forma implícita, razão pela qual sua inclusão *ex officio*, pelo juiz ou tribunal, não caracteriza julgamento extra ou ultra petita, hipótese em que é prescindível o princípio da congruência entre o pedido e a decisão judicial.
- II. A pensão alimentícia não deve incidir sobre os valores recebidos a título de adicional de férias, porque tal verba tem essência personalíssima e é deferida ao trabalhador com a finalidade exclusiva de assegurar o seu descanso após o período de um ano de trabalho.
- III. É dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente para o ajuizamento de ação monitória fundada em cheque prescrito.
- IV. O chamamento da União ao processo com base no art. 77, III, do CPC, nas demandas propostas contra os demais entes federativos responsáveis para o fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde, não é impositivo, mostrando-se inadequado opor obstáculo inútil à garantia fundamental do cidadão à saúde.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 44

O Município de Felicidade do Norte ajuíza, em 15 de janeiro de 2015, execução fiscal contra o Sr. José da Silva para cobrar desse proprietário o valor do IPTU referente ao ano de 1998 que não foi pago. O contribuinte entende que o tributo está prescrito. Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa mais adequada para a defesa do contribuinte.

- A) O contribuinte tem razão ao afirmar que o crédito estaria prescrito e pode fazer uso de embargos à execução ou de ação declaratória, devendo garantir o juízo em ambos os casos.
- B) O contribuinte pode utilizar-se da exceção de pré-executividade, visto que a prescrição é conheável de ofício e não demanda dilação probatória.
- C) O contribuinte deve utilizar-se de embargos à execução, independentemente de garantia do juízo, tendo em vista que a matéria é de ordem pública.
- D) O contribuinte pode ajuizar mandado de segurança, único instrumento processual adequado para obter a suspensão da exigibilidade do crédito.
- E) O contribuinte deve ajuizar ação anulatória que suspende, automaticamente, a tramitação da execução fiscal.

QUESTÃO 45

O Código de Defesa e Proteção do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/1990) marca uma nova fase do Direito Brasileiro. De acordo com Paulo Roque Khouri, o Código de Defesa e Proteção do Consumidor não visa “a simples proteção pela proteção em si, mas a busca permanente do equilíbrio do contrato entre fornecedor e consumidor de bens e serviços. Este, em princípio, o mais forte economicamente, e em condições de impor sua vontade, num ambiente propício à conquista de uma maior vantagem econômica contra aquele eleito o hipossuficiente, o mais fraco desta relação. O CDC nada mais é do que uma tentativa de reequilibrar essa relação, tendo em vista a posição econômica favorável do fornecedor, impondo-se a necessidade de um equilíbrio mínimo em todas as relações contratuais de consumo”.

KHOURI, Paulo Roque. *Contratos e Responsabilidade Civil no CDC*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

Nesta toada, o Código de Defesa e Proteção do Consumidor é dotado de expedientes de proteção do consumidor na contratação, especialmente, quanto às chamadas cláusulas abusivas. Em relação às cláusulas abusivas encartadas nos contratos regidos pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- A) reputam-se abusivas as cláusulas contratuais que transfiram responsabilidades a terceiros.
- B) é abusiva a cláusula contratual que estabeleça inversão do ônus da prova, ainda que em prol do consumidor.
- C) é abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, ainda que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- D) é válida a cláusula contratual que permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral, pois a Constituição Federal de 1988 admite a livre fixação dos preços no mercado, ao assegurar a livre iniciativa no rol de garantias fundamentais.
- E) são abusivas as cláusulas contratuais que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços; ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Por isso, mesmo nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor, pessoa jurídica, consideram-se abusivas as cláusulas que estabeleçam limites quanto à indenização.

QUESTÃO 46

Sobre os efeitos da decretação de falência, com base na Lei nº. 11.101/2005, é correto afirmar:

- A) o falido sofre severas restrições, inclusive a de somente poder praticar os atos não patrimoniais da vida civil com a autorização do juiz.
- B) a sentença que decreta a falência acarretará a suspensão do exercício do direito de retenção sobre todos os bens, os quais deverão ser entregues ao juiz.
- C) o falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir do seu pedido de falência, sem a necessidade da decretação judicial para que produza seus efeitos.
- D) em relação a pessoa do falido, uma das consequências da decretação de falência é que mesmo continuando na administração do seu patrimônio, o falido perde o direito de dispor desse patrimônio.
- E) em relação aos credores, a falência acarreta a suspensão da fluência dos juros, o vencimento antecipado dos créditos, a suspensão das ações individuais contra o falido e a formação da massa falida subjetiva.

QUESTÃO 47

Quanto à competência, é correto afirmar:

- A) reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na justiça estadual.
- B) a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício, sendo vedado ao julgador reconhecer de ofício a nulidade de cláusula de eleição de foro.
- C) a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu; tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro do domicílio mais antigo.
- D) em razão dos princípios da indivisibilidade e da universalidade do juízo falimentar, o juízo da recuperação judicial é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.
- E) na ação de cobrança do seguro DPVAT, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato, não podendo tal demanda ser proposta perante o foro do domicílio do réu, pois tem natureza de ação de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos.

QUESTÃO 48

Sobre a prescrição e a decadência, é correto afirmar:

- A) extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- B) a ação indenizatória ajuizada em face da fazenda pública submete-se ao prazo prescricional de três anos.
- C) em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício.
- D) o pedido do pagamento de indenização à seguradora interrompe o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.
- E) o direito à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobranças de taxas, tarifas e encargos bancários sujeita-se à decadência, nos termos do art. 26 do CDC, sendo de 30 (trinta) dias para produto ou serviço não durável e de 90 (noventa) dias para produto ou serviço durável.

QUESTÃO 49

Acerca da responsabilidade civil, é correto afirmar:

- A) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- B) no seguro de responsabilidade civil facultativo, cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- C) a reprodução, por órgão de restrição ao crédito, de informação constante em registro público, como o cartório de protesto de títulos, sem a prévia comunicação ao consumidor, enseja dano moral.
- D) as indenizações por dano estético e o dano moral decorrentes do mesmo fato danoso são inacumuláveis, tendo em vista a garantia constitucional de que a pessoa não pode ser penalizada duplamente pelo mesmo suporte fático (non bis in idem).
- E) as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados aos seus clientes por fraudes ou delitos praticados por terceiros como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos.

QUESTÃO 50

O executado pode se opor à execução por meio de embargos. Sobre embargos à execução, é correto afirmar:

- A) os embargos à execução contra a fazenda pública não podem versar sobre inexigibilidade do título.
- B) quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo mandado citatório, salvo tratando-se de cônjuges.
- C) os embargos do executado terão efeito suspensivo, pois a simples interposição tempestiva dos embargos já é suficiente para que o juízo atribua efeito suspensivo aos embargos.
- D) quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, sendo dispensável a apresentação da memória do cálculo para este fim.
- E) na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, ainda que versem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.